

# “Cor de pele de que(m)?”: a referencialidade na perspectiva semântico-enunciativa

*“what/whose skin color?”: referentiality from a semantic-enunciational perspective*

Waldemar Duarte de Alencar Neto<sup>1</sup>  
*Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí*

Joana Darc Rodrigues da Costa <sup>2</sup>  
*Universidade Estadual do Maranhão*

Recebido em: setembro de 2023.  
Aprovado em: dezembro de 2023.

## Como citar este trabalho:

ALENCAR NETO, W. D. de; COSTA, J. D. R. da. “Cor de pele de que(m)?”: a referencialidade na perspectiva semântico-enunciativa. *Traços de Linguagem*, v. 8, n. 2, 80-95, 2024.

♦ **RESUMO:** Partindo da premissa de que a enunciação tem o papel de evocar a pertinência dos enunciados às realidades discursivamente constituídas (Dias, 2018), este artigo visa compreender o referencial como o elemento a partir do qual se constrói a base da significação. A partir da análise de alguns enunciados e formações nominais, como “cor de pele”, mostramos que a relação entre as palavras e as coisas se dá pela significação, na busca pela compreensão dos sentidos e pelas circunstâncias enunciativas que geram sua pertinência no acontecimento.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Significação. Acontecimento enunciativo. Domínio referencial. Racismo.

♦ **ABSTRACT:** Based on the premise that enunciation has the role of evoking the relevance of utterances to discursively constituted realities (Dias, 2018), this article aims to understand the referential as the element from which the basis of meaning is built. Based on the analysis of some utterances and nominal formations, such as “skin color”, we show that the connection between words and things takes place through meaning, in the search for understanding the meanings and the enunciative circumstances that generate their relevance in the event.

♦ **KEYWORDS:** Meaning. Enunciative event. Referential domain. Racism.

## Introdução

Ainda que não haja um consenso entre os semanticistas quanto ao modo de delimitação do campo de investigação da(s) Semântica(s) como disciplina linguística, dada a maneira como cada um a define, uma questão é fundamental para a delimitação

<sup>1</sup>Doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, Campus Teresina Central. E-mail: waldemar.alencar@ifpi.edu.br.

<sup>2</sup>Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG. Professora da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: jodarc85@hotmail.com.

do seu objeto de estudo, qual seja, a questão do significado e de como é concebida a importante relação entre linguagem e mundo.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender a referencialidade na perspectiva semântico-enunciativa, na medida em que propõe, no decorrer do texto, uma análise de como alguns modelos teóricos entendem essa relação entre linguagem e mundo e de como concebem a significação. Essa análise permitirá, por oposição ou por associação entre os modelos, identificar questões-chaves que definem nosso aparato teórico.

Para compreendermos como os nomes evocam referenciais discursivamente constituídos, selecionamos textos de diversas mídias sociais, com a temática do racismo e antirracismo, e analisamos alguns enunciados ou formações nominais, como “cor de pele”, segundo uma perspectiva (Dias, 2018) que produz um olhar para a língua que resulta em diferenças significativas no conceito de formas linguísticas e seus modos de articulação. Entendemos, nesse sentido, a formação nominal como um espaço de projeção de referenciais, como um potencializador de dizeres e, em razão disso, um meio pelo qual seja possível observar como se constrói a significação.

Ainda com relação aos procedimentos metodológicos, ressaltamos que a exemplificação é tomada, neste trabalho, como algo que deve constituir uma rede de ocorrências. Desse modo, os exemplos são tratados segundo a concepção de redes enunciativas (Dias, 2018), que permitem estabelecer parâmetros mais amplos de análise, uma vez que a elaboração de uma rede vai permitir uma melhor observação dos referenciais históricos.

Na primeira parte deste artigo, abordamos alguns olhares (formalistas) a partir dos quais o significado pode ser concebido. Na sequência, observamos como algumas perspectivas de análise semântica trabalham no sentido de produzir evidências das suas concepções. Dentre essas perspectivas, estão as dos teóricos (Guimarães, 2005; Dias, 2018) aos quais nos filiamos. Em seguida, analisamos o domínio referencial de algumas formações nominais presentes nos enunciados.

## **A significação em cena**

De modo geral, a Semântica é definida como o estudo do significado, ou como disciplina que estuda o sentido dos elementos formais da língua. Definições como essas suscitam a necessidade de esclarecer, por exemplo, o que se entende por “significado” e como a relação entre linguagem e mundo é tomada. A concepção sobre essa relação define os diversos modos pelos quais é possível estudar a significação. Vejamos algumas concepções clássicas.

Se tomarmos o pensamento dos filósofos Ogden e Richards ([1923]1972), na sua conhecida obra “O significado de significado”, veremos que, para a análise dos sentidos de “significado”, eles julgam ser “desejável” começar pelas relações de pensamentos, palavras e coisas. Antes de descrever o seu modelo, outras concepções são trazidas pelos autores.

O filólogo Postgate (1896), por exemplo, é mencionado como aquele que se apercebeu, com maior clareza, da necessidade de uma análise clara da relação entre palavras e fatos como essencial para uma teoria do significado. Para este filólogo, “a concepção primitiva é, indubitavelmente, que o nome é indicativo ou descritivo da coisa” (p. 24), o que implicaria que a existência da coisa pudesse ser argumentada a partir da presença do nome.

Estariam fora dessa concepção alguns aspectos que, em algum ponto, não poderiam ser evitados nessa teoria do significado, como os aspectos filosóficos e psicológicos. Segundo os autores, nem a ciência da Semântica, à época, com Bréal (1897), embora suas pesquisas “atraíssem a atenção para um certo número de fascinantes fenômenos na história da linguagem e despertassem um renovado interesse pelas possibilidades educacionais da etimologia” (p. 24), conseguiu “resolver” essa questão.

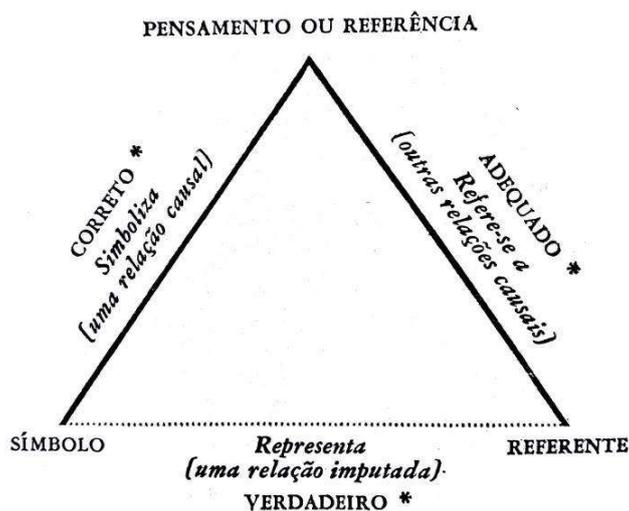
Saussure, por sua vez, “não se atrevia a mexer no que imaginava ser um significado fixo, uma parte *de la langue*”, lembram Ogden e Richards ([1923]1972, p. 27). Daí que a significação, para ele, não decorre obrigatoriamente de uma relação referencial, ou seja, para que os signos linguísticos designem não é necessária uma ligação obrigatória destes com as coisas, assim como também “não há nada nas coisas ou situações que as ligue magicamente ao signo”, nos termos de Araújo (2004, p. 34).

Nesse sentido, o referente não se faz necessário no funcionamento dos signos, uma vez que, para Saussure, a compreensão do signo se dá por oposição a outro signo no sistema da *langue*, ou seja, os elementos linguísticos não têm valor em si mesmos, mas sim na relação com os outros, por exemplo: o significado de janela se define por não ser cadeira, estante, porta. Portanto, tudo se dá nos limites do signo e nas relações intrassignificas.

Ogden e Richards ([1923]1972) chamam atenção para o caráter indireto das relações entre palavras e coisas. Ao proporem um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento, eles situam o significado linguístico no processo cognitivo e elaboram o que seria o primeiro modelo triádico da semântica, que se tornaria clássico para a linguística e para a semiologia. Nesse modelo estão envolvidos os seguintes fatores, sempre que se declara ou se entende algo: símbolo – pensamento ou referência – referente (termo introduzido por estes autores).

Esses fatores formam um triângulo e estão assim dispostos: a referência (para Saussure, significado) mantém uma relação com o símbolo (para Saussure, significante) e com o referente (coisa ou objeto extralinguístico). Vejamos:

Figura 1 – Primeiro modelo triádico da semântica



Fonte: Ogden e Richards ([1923]1972, p. 32).

Percebamos que entre o símbolo e o referente, situados na base do triângulo, não há uma ligação direta. Segundo os autores, não há nada que ligue diretamente a palavra “mesa”, por exemplo, a certos objetos comuns em casas, escritórios, restaurantes etc. Nesse sentido, os autores afastam o referente de uma teoria do significado linguístico e

priorizam a relação “correta”, “lógica” e “verdadeira” entre símbolo e referência, o que limitou sua perspectiva semiológica. Esse triângulo foi, nos termos metafóricos de Blikstein ([1938] 1995), o “ovo de Colombo” da semântica, e serviu de modelo para triângulos posteriores, como o proposto por Ullmann<sup>3</sup>.

Como amostras de uma semântica formalista, trazemos para a discussão sobre uma teoria do significado, de forma breve, as concepções de Katz (1982) e Chierchia (2003). Pensemos inicialmente na abordagem de Katz (1982), segundo a qual o conceito de significado fornece uma base adequada para uma teoria que dê conta de explicar fenômenos semânticos. Guiado por intuições pré-históricas sobre o significado, o autor define esses fenômenos cuja explicação fica a cargo de uma teoria semântica, a saber: o fenômeno de sinonímia, de paráfrase, de antonímia, de hiperonímia, de anomalia semântica, de ambiguidade, de pressuposição, de verdade analítica, de contradição, dentre outros.

Para Katz (1982), são nossas intuições pré-sistemáticas, enquanto falantes de uma língua natural, que nos permitem identificar a natureza semântica desses fenômenos, ou dito de outro modo, ao se observar a língua na sua natureza é possível perceber as relações semânticas, a sinonímia, a paráfrase, a antonímia etc. Nesse sentido, esse mesmo autor afirma que

logo que tais fenômenos são trazidos à tona pela articulação explícita de nossa concepção pré-teórica do assunto, torna-se claro que a noção de significado engloba uma grande extensão de fenômenos sistematicamente relacionados que, vistos através de uma perspectiva científica comum, convidam à construção de uma teoria. (KATZ, 1982, p. 58).

Como vemos na citação, para o desenvolvimento da concepção de significado é necessário considerar o domínio de tais fenômenos evocados por nossas intuições pré-teóricas. O olhar sobre a grande variedade destes abre passagem para a construção de uma teoria semântica.

Por outro lado, para Chierchia (2003), ao falante é atribuída a capacidade de a todo momento construir sentenças mediante essas regras sintáticas que domina inconscientemente, bem como interpretá-las, segundo uma lógica que lhe permite isso. Dito de outro modo, quando um falante compreende o significado de uma sentença, ele não só sabe, digamos, compor a sentença a partir de regras de combinação de unidades menores, como também sabe das condições de verdade dessa sentença. A explicação para essa capacidade se assenta no princípio da composicionalidade, segundo o qual, nos termos de Chierchia (2003, p. 39), “o significado de uma expressão complexa depende de modo regular do significado das expressões que a compõem e do modo como elas são combinadas sintaticamente”.

Então, a título de ilustração, pensemos nos seguintes termos: “Constituição”, “criminalizar” e “práticas de racismo”. Se a significação consiste em determinar a estrutura lógica, o que tem de ser verificado é qual a relação que se dá entre esses termos. Sabemos que eles têm significados determinados e que podemos combiná-los segundo um conjunto de regras de que dispomos.

Consideremos a sentença:

(1) A Constituição criminalizou as práticas de racismo.

<sup>3</sup> ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1962] 1977.

O significado dessa sentença é o resultado de uma composição de suas partes. O falante sabe que cada parte guarda um conjunto de características, isto é, ele conhece o significado de cada uma, como dissemos, por isso não há qualquer problema em interpretar essa sentença. Em outras palavras, o falante sabe em que condições uma sentença qualquer de uma língua pode ou não ser verdadeira. No exemplo em questão, ela é verdadeira nos mundos em que existe uma lei, que é a lei é suprema, e que criminalizou as práticas de racismo, ou seja, se a lei maior tem de fato a propriedade de criminalizar, e as práticas de racismo a propriedade de ser criminalizada, então a sentença é verdadeira.

Em termos sintáticos, o sintagma sozinho “a Constituição”, assim como “as práticas de racismo”, não expressa um pensamento completo, mas aponta para um objeto específico no mundo. É nesse sentido que, para uma Semântica Formal, a relação entre a linguagem e o mundo é importante, diferentemente, por exemplo, do estruturalismo saussureano, para quem o significado não tem relação nenhuma com o mundo.

No caso do exemplo (1), vemos que o predicado “criminalizou” foi saturado por dois argumentos, “a Constituição” e “as práticas de racismo”. Temos aí uma sentença em razão de seu sentido completo, e podemos, em confronto com um estado no mundo, afirmar se ela é verdadeira ou falsa. Esse predicado de dois lugares estabelece, portanto, relações entre os dois argumentos, que se referem a um conjunto de pares ordenados em que “a Constituição” é o desencadeador de uma ação e “as práticas de racismo” sofre o efeito de uma ação, há uma mudança de estado, ou seja, práticas que antes não eram tipificadas como crime, agora são. Como vemos, a semântica de Chierchia não se ocupa dos usos de uma sentença, mas sim da sua estrutura lógica e do seu potencial de uso.

Ainda na linha formalista, Pires de Oliveira (2009), ao considerar o vasto domínio do termo “significado”, afirma ser possível fazer uma certa distinção entre os usos desse termo e ver que alguns deles podem ser considerados uma questão semântica, enquanto outros não. Levemos em conta o seguinte exemplo:

Figura 2 - Campanha “Nós do cabelo”



Disponível em: <<https://negraecrespa.com/2015/09/01/nos-do-cabelo/>>

No questionamento,

(2) O que é ser negro?

a campanha social quer saber o significado de um fato no mundo. Se analisarmos essa questão com base nas discussões de Pires de Oliveira (2009), não haveria aí uma questão semântica, porque a pergunta não seria sobre o significado de uma sentença ou expressão linguística específica, mas de uma condição no mundo. Soma-se a isso o fato de que “ser

negro” pode ser explicado por perspectivas diversas, como a perspectiva da biologia, da sociologia, dos movimentos sociais, jurídica etc.

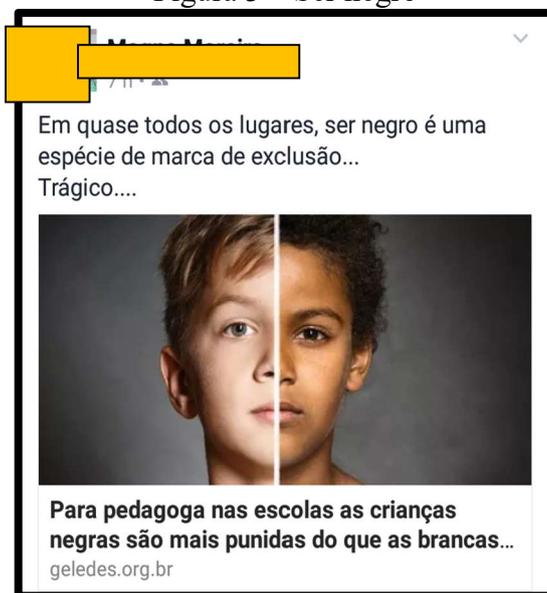
De nossa parte, que assumimos uma semântica histórica da enunciação, entendemos ser essa uma questão que interessa semanticamente, especialmente em razão dessa última questão. Expliquemos.

### O acontecimento de linguagem

No exercício dos nossos papéis sociais, em que estamos ancorados para falar? Alguém pode estar ancorado no discurso dos movimentos sociais, por exemplo, e mostrar o que é ser negro a partir dessa perspectiva, ou seja, o ponto de vista de agentes das classes sociais que atuam contra práticas incoerentes com a ordem social, nesse caso, é que vai criar uma identidade sobre o negro.

Observemos a expressão “ser negro” agora em outra perspectiva:

Figura 3 – Ser negro



Fonte: imagem extraída do *Facebook*.

Se analisarmos essa expressão em rede, o “ser negro”, na figura 3, não é mais o mesmo “ser negro” da figura 2. Na campanha social, a perspectiva é a de chamamento, de adesão à discussão de questões em torno da identidade do negro, como a valorização do seu corpo e de sua história. Nesse acontecimento enunciativo, o efeito de sentido opera, portanto, em um sentido positivo. Por outro lado, na figura 3, há uma mudança de perspectiva, isto é, “ser negro” opera no sentido negativo em razão do deslocamento do referencial histórico, ou seja, da mudança de referencial recortado pelo predicado “é uma espécie de marca de exclusão”.

Em seu verbete sobre “Sentido, significado e significação”, Dias (2014d) explica que os estudos sobre a significação podem estar voltados para a compreensão de uma sequência a partir do significado “dicionarizado” das unidades linguísticas que a formam, ou, nos seus termos, para “o sentido que um enunciado adquire, quando observamos aspectos como: quem disse o enunciado, em que circunstâncias, com que objetivo” (p. 300).

Do nosso ponto de vista, a relação entre as palavras e as coisas se dá pela significação, na busca pela compreensão dos sentidos e suas condições de produção. Não se trata de olhar simplesmente a que as palavras em (1) remetem, mas de ver por que essas palavras estão assim colocadas, sob certas circunstâncias enunciativas, e por que, assim dispostas, elas remetem a isto, e não àquilo. Isso nos leva a pensar que palavras não são etiquetas, ou seja, as palavras são ligadas às coisas, mas pelo sentido.

Voltemos à figura 2 e tomemos o nome da campanha social:

(3) Nós do cabelo.

Podemos pensar o significado da palavra “nós”, isoladamente, como sendo, por exemplo, um pronome pessoal sujeito correspondente à primeira pessoa do plural. Uma análise enunciativa desse “nós” não deve se restringir ao seu significado, ela pode ir além, se buscarmos sentidos para essa enunciação a partir de um outro referencial e considerando o funcionamento desse termo no enunciado. Sendo assim, “nós do cabelo” pode corresponder a um tipo de cabelo cujos fios são entrelaçamentos. Para enxergarmos melhor isso, podemos construir uma rede enunciativa do seguinte modo:

(3a) (Os) nós do cabelo crespo.

(3b) (Os) nós do cabelo encaracolado.

(3c) (Os) nós do cabelo trançado.

Difícilmente ouviremos “(os) nós do cabelo liso”. Desse modo, “crespo”, “encaracolado” e “trançado” são unidades que convergem com a formação nominal “nós do cabelo” em termos de articulação e de seus efeitos de sentido, uma vez que “nós” parece ser uma propriedade desses tipos de cabelo. Indo além, podemos entender os “nós” a partir do referencial do enfrentamento, como sendo também os estereótipos que recaem sobre certos tipos de cabelos.

Ainda de modo amplo, podemos compreender essa enunciação a partir do referencial histórico da coletividade. Nesse sentido, essa articulação pode corresponder a um agrupamento de pessoas que usam o cabelo de modo semelhante. Observando pela estratégia das redes enunciativas, poderíamos ter:

(3d) Nós do cabelo *black power* / Nós (que temos) o cabelo *black power*

(3e) Nós do cabelo sem chapinha / Nós (que usamos) o cabelo sem chapinha

O “nós” nessa formação nominal marca a ideia do agrupamento de pessoas, ao mesmo tempo em que o restringe, ou seja, tem-se a existência de um grupo, mas nele só estão inseridos aqueles que têm o estilo de cabelo em comum.

Esse modo de pensar a significação está assentado no que pontua Guimarães (2005, p. 5): “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. Para ele, o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação. Nessa perspectiva, o conceito de acontecimento é fundamental, e é por meio dele que se discute a relação entre a forma linguística e a significação.

O que vimos até aqui são algumas formas, dentre outras possíveis, de descrever significado. Cada semântica toma para si uma noção de significado e trata à sua maneira a questão da relação entre a linguagem e o mundo. Se recorrermos a Guimarães (1995, p. 11) para caracterizar a semântica na qual nos ancoramos, veremos que, segundo ele, essa

semântica procura lidar, no seu objeto, com os aspectos excluídos por Saussure, quais sejam, o sujeito, o objeto, a história.

A noção de sentido ou significação é considerada, nos termos de Guimarães (1995), “sempre como uma relação envolvendo algum dos elementos desta tripla exclusão”. Mas essa é uma consideração que precisa ser, de alguma medida, relativizada, sobretudo, pelo seguinte motivo: documentos posteriores ao ano em que Guimarães faz essa afirmação, como os *Escritos de Linguística Geral*, de 2002, por exemplo, vieram revelar outros pontos de vista. Expliquemos.

Em um artigo intitulado “Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história”, Cruz (2013, p. 33) sustenta que Saussure não exclui dos estudos linguísticos a história, tampouco o sujeito ou o sentido. Segundo esse autor, “antes, ele inscreve-se numa tradição que representou uma reação a outra tradição que, esta sim, teria excluído tais elementos, qual seja, a tradição naturalista”. E, nesse sentido, complementa que “Saussure aparece não como um precursor, mas como inscrito numa tradição, que poderíamos chamar de histórica em oposição a naturalista”. Cruz (2013) afirma ainda que a reintrodução desses elementos, sujeito, história e sentido, nos estudos linguísticos “não se dá nos anos de 1960/1970, como normalmente é veiculado nos cursos e manuais de introdução à Linguística, mas no final XIX, quando do combate à Linguística naturalista, e Saussure participa desse combate”.

Guimarães (1995) ressalta também que, no percurso de constituição do campo da semântica, são importantes os diálogos que a linguística estabeleceu ao longo do tempo com a filosofia (da linguagem), com a semiótica, a lógica e a análise do discurso. Dentre outras contribuições, esses diálogos serviram para identificar questões, segundo ele, que o levaram à “semântica histórica da enunciação, também um gesto de incluir o excluído saussureano” (p. 7).

Nesse perspectiva, a enunciação é o próprio acontecimento de linguagem que possibilita a constituição dos sentidos, considerando, segundo Guimarães (2005), a sua relação com a história, a partir da noção de memorável; com o social; o real, “a que o dizer se expõe ao falar dele” (p. 11); o sujeito “que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo” (p. 11); e o político (na linguagem).

Desse modo, assumimos que as formas linguísticas são constitutivas da relação estabelecida entre as instâncias de presente (do enunciar) e de anterioridade (da memória). Isso significa que ao produzir um acontecimento, a língua, exposta a um campo de memória, instala nele um reconhecimento do passado e uma projeção de futuro que possibilita outras enunciações. Assim, esse passado e esse futuro se concretizam na realização enunciativa presente.

## A significação nos estudos enunciativos

Ampliando a compreensão sobre a significação nos estudos enunciativos, buscamos em Bally (1965, p. 35, tradução própria) uma passagem que coloca o conceito de “reação” como ponto central na discussão, qual seja: “pensar é reagir a uma representação sob a forma de uma constatação, de uma apreciação ou de um desejo”. A ideia desse linguista é que uma enunciação não pode prescindir de um valor, de uma reação a um conteúdo, ou seja, quando se enuncia algo, apresenta-se uma reação a respeito do que se diz. Uma frase flagra a reação como processo de constituição de uma representação. Sendo assim, há necessariamente uma expressão de modalidade na frase, isto é, um *modus* na relação com esse *dictum* que é tomado dinamicamente por Bally.

Depreende-se, portanto, que enunciar é “engajar-se”, expressão utilizada por Dias (2015) em suas reflexões sobre Bally, naquilo que está sendo dito. Em outras palavras, existe um conteúdo a ser dito, e a enunciação se dá quando o sujeito se engaja nesse conteúdo. Esse sujeito não só exprime um conteúdo representativo, mas também exprime, sobre este, uma avaliação. Em termos de uma Semântica da Enunciação, Dias (2015) se inspira nesse raciocínio enunciativo de Bally para sustentar a tese segundo a qual enunciar é significar frente aos objetos projetados por enunciados em um campo de pertinências enunciativas.

Já na concepção de Benveniste (2006 [1974], p. 231), a questão sentido/referência é posta da seguinte forma: “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar”. Sentido esse que se configura na língua pelo agenciamento (sintagmático) de formas e pela relação que essas formas estabelecem umas com as outras, ou seja, pela maneira como são combinadas.

Essa questão aparece também em Ducrot (1984), logo em sua fase inicial, para quem “as frases são instruções de referência”. Para ele, não é a questão das formas (como em Benveniste), nem a questão do engajamento do sujeito (como em Bally), mas uma questão que se dá na referência, isto é, as referências se apresentam em potencial nas frases.

Quando se enuncia, essas referências adquirem especificidades no tempo e no espaço. Por exemplo, pensemos na palavra “negro”. Se alguém fala “negro” em um momento e “negro” depois, nesse outro momento a referência já não é a mesma. Aquilo que é “negro” em referência potencial se torna referência particular no acontecimento enunciativo que é único (“movimento negro”, “câmbio negro”, “lista negra”, “atitude negra” etc.), visto que, cada vez, fala-se de “negro” diferente, de uma outra possibilidade enunciativa de “negro”.

Nesse sentido, entendemos que não podemos desvincular a referência do caráter simbólico da linguagem, isto é, lidar com a linguagem significa, necessariamente, lidar com a referência. Contudo, isso se dá a partir de uma posição que chamamos aqui de antirreferencialista (em oposição ao modo referencialista das concepções formalistas). Vejamos:

Do nosso ponto de vista, uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a referência, ou seja, a relação das palavras com algo que está fora delas. No entanto, ao contrário de uma posição referencialista... a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra com outra palavra. (GUIMARÃES, 2005, p. 77).

Então, considerando que a linguagem é simbólica porque os nomes evocam realidades, podemos afirmar que referência é evocação, no sentido de tornar presente a realidade discursivamente constituída. Nessa acepção, quem vai propiciar condições para que a referência seja produzida é o discurso. Isso quer dizer que o referente não está circunscrito no mundo. Expliquemos melhor esse nosso ponto de vista, estabelecendo, novamente, um contraponto com os formalistas.

Em Frege (1978), há um corte nas teorias que defendem que as palavras designam as coisas. Para ele, o sentido de um termo (ou de uma expressão ou de uma frase completa) é o modo como a referência se apresenta, visto que toda referência tem um modo de apresentação. Logo, como pontua Pires de Oliveira (2009), o sentido é o que nos permite chegar a uma referência no mundo.

Ocorre que esse sentido em Frege repousa sobre a questão do valor de verdade e de falsidade, isto é, uma sentença assume valor de verdade se o objeto para o qual aponta o nome, que constitui essa sentença, tiver realmente uma existência no mundo. Nós não tratamos por essa via, podemos dizer que “alocamos” o sentido no referencial histórico, ou seja, é o histórico que nos possibilita ver as relações entre as palavras e as coisas.

Por outro lado, o termo “referenciação”, cunhado por Mondada e Dubois (2003), contrapõe a tese de Frege de que o falar pressupõe um objeto, isto é, o nome é um modo de apresentação do objeto. A referenciação é um processo discursivo e os referentes, nesse sentido, são considerados como objetos de discurso, e não realidades independentes. Os nomes não são, portanto, desvinculados de discursos.

Nesse sentido, pensando em uma relação com esse termo – resguardados os deslocamentos –, podemos dizer que o conceito de referencial dialoga, em certa medida, com o de referenciação, uma vez que partem do mesmo princípio, que é o de não desvincular o nome dos discursos em que eles aparecem. Do nosso ponto de vista, as palavras se relacionam às coisas porque já significaram antes. Então, tratamos essa questão do “significar antes” como discursivo, isto é, algo que significou antes e se transformou em discurso. Em termos metodológicos, o nome para isso é referencial, e constituem as bases do domínio referencial as formações nominais.

Para compreendermos melhor isso, observemos mais um exemplo. Atentemos para o enunciado que segue, extraído de um *tweet* do perfil “SOS Racismo”. Tentaremos explicá-lo por meio de um esquema.

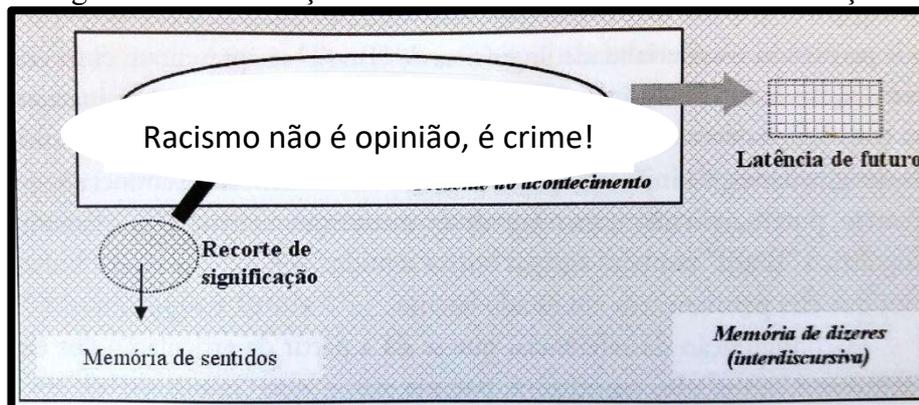
Figura 4 – SOS Racismo



SOS Racismo (@sosracismo). “Racismo não é opinião, é crime!”. 29.07.2016. 15:41h. Tweet.

Podemos representar o que vimos discutindo sobre a constituição da referência no acontecimento enunciativo a partir do esquema que segue:

Figura 5 – Constituição da referência na semântica da enunciação.



Fonte: Dias e Lacerda (2013e, p. 368), com adaptação do enunciado a ser analisado.

O termo *racismo* constitui referência nesse acontecimento tendo em vista uma memória de sentidos que o sustenta. O histórico de enunciações culturais, sociais, políticas etc. dão sentido e pertinência a um conjunto de práticas que passaram a ser

designadas como racismo em uma sociedade. Então, levando-se em conta, que a referência se constitui, segundo Dias e Lacerda (2013e, p. 368), “na interface entre o recorte de significação que delimita a memória de sentidos na condição de unidade linguística e a atualidade do acontecimento de dizer, que tem identidade no presente da enunciação”, podemos dizer que no presente desse acontecimento, a predicação recorta a significação ao perspectivar, por meio da negação, que o racismo é uma questão de lei, e não uma questão de julgamento ou de parecer.

Dito de outro modo, os elementos instalados na predicação atualizam o sentido do termo “racismo”, que guarda uma memória de dizeres que atribuem a ele propriedades de ser ou não ser uma questão de opinião ou de crime, na medida em que se tem dizeres como “essa é minha opinião”, ou então “é crime previsto na legislação brasileira”.

### O domínio referencial de “cor de pele”

Para compreendermos melhor o que acabamos de dizer, consideremos a seguinte expressão destacada no enunciado:

(4) O aluno coloriu o desenho com um lápis **cor de pele**.

Como dissemos, na perspectiva formal, as palavras funcionam na relação entre verdade e falsidade com aquilo que elas designam. Em uma análise segundo essa linha de pensamento, o significado de “cor de pele”, em (4), assume valor de verdade se realmente existir no mundo uma cor para qual ela aponta, materializada em um objeto ou uma pessoa. Então, considerando que “cor de pele”, dentre suas acepções linguísticas, significa aquilo “que tem a cor bege meio rosada, como a da pele de pessoas brancas (camisa cor de carne)<sup>4</sup>”, segundo o dicionário Aulete Digital, é possível associá-la em rede, referencialmente, a:

Figura 5 – Referente de (lápis) *cor de pele*.



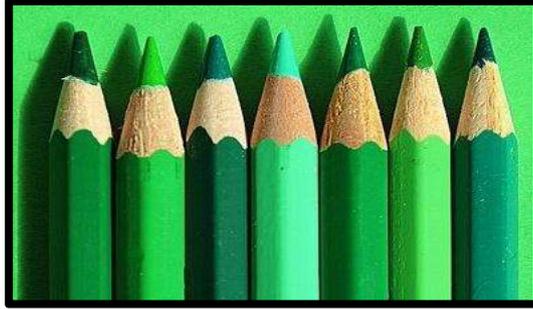
Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2015/03/marca-lanca-giz-de-cera-com-varias-cores-de-pele/>>.

Acesso em: 15.03.2017

Com base nessa mesma perspectiva, causaria estranheza se tomássemos como referente da palavra “cor de pele”, o seguinte exemplo em rede:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/cor%20de%20carne>> Acesso em: 15 de março de 2017. Verbetes.

Figura 6 – Referente de (lápis) *cor de pele* (?)

Disponível em: <<https://br.pinterest.com/explore/verde/>> Acesso em: 15.03.2017.

Nesse exemplo 6, difícil seria associar referencialmente a palavra “cor de pele” à cor verde, em razão do modo como aquela cor é, estritamente, significada no dicionário. Por outro lado, se olharmos de um ponto de vista enunciativo, como na tirinha abaixo (7), a concepção que o personagem Armandinho tem de cor de pele ou o reconhecimento da existência de diversas cores de pele – ao entender que é possível usar outras cores para colorir a pele num desenho, inclusive a cor verde de um sapo –, dilata o referencial desse termo, de modo que, aquilo que Armandinho faz na tirinha seja considerado possível enquanto efeito de sentido.

Figura 7 – Tirinha de Armandinho.



Disponível em: <<https://www.facebook.com/tirasarmandinho>> Acesso em: 23.01.2017.

Análise semelhante podemos fazer observando o enunciado em rede a seguir:

(5) Marca brasileira lança giz de cera com várias **cores de pele**.

Na construção da referência, a relação de “cores de pele” e sua relação com elemento linguístico “várias”, determinante que atualiza a formação nominal “cores de pele” no acontecimento enunciativo, amplia o referencial desse termo, no sentido de que existem outras cores que a designam, não somente o rosa claro ou o bege.

Desse modo, “cor de pele” vai assumindo outros contornos referenciais, inclusive porque ganha pertinência enunciativa, como na figura seguinte, o termo “tons” (figura 8) em vez “cores”, numa outra ordem de convergência que perspectiva “pele”, evidenciando essa multiplicidade no acontecimento presente.

Figura 8 – Tons de pele.



Disponível em: <[https://m.media-amazon.com/images/I/61MPzhki+CL.\\_AC\\_SL1000\\_.jpg](https://m.media-amazon.com/images/I/61MPzhki+CL._AC_SL1000_.jpg)>

Na mesma direção, analisemos o bloco de exemplos a seguir:

Figura 9 – Referente de (giz de cera) cor de pele.



Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2015/03/marcalanca-giz-de-cera-com-varias-cores-de-pele/>>. Acesso em: 15.03.2017

Figura 10 – Lápis cor de pele.



Disponível em: <<https://onsizzle.com/i/lapis-cor-de-pele-via-ce-pires-1131043>> Acesso em: 20.03.2017.

Figura 11 – “Cor de pele”.



Disponível em: <<http://conviviocomadiversidade.blogspot.com.br/2015/07/lapis-cor-de-pele.html>> Acesso em: 10.12.2016.

A referência de “cor de pele”, nesses exemplos, vai ser produzida mediante outros discursos que propiciam condições para isso. Dito de outro modo, o histórico desse termo cria as condições que nos permitem enxergar as relações entre os elementos linguísticos e as coisas, ou seja, o que eles designam.

De nossa posição, podemos dizer, então, que a enunciação do nome não é determinada pela relação direta com uma entidade. Ao contrário, o enunciar se produz na tensão entre discursos anteriores, que já conceberam a entidade, e o presente da enunciação que atualiza essa concepção segundo as relações de pertinência no espaço de enunciação. Expliquemos melhor com esse outro exemplo:

Figura 12 – Tirinha Lápis cor de pele



Disponível em: <<http://eddieota.blogspot.com.br/2012/05/tira-lapis-cor-de-pele.html>> Acesso em 18.08.2015.

Defendemos que as palavras, a exemplo de “racista” no último quadrinho, significam porque elas nascem de tramas discursivas, dos dizeres anteriores. Então, de outras enunciações, como, por exemplo, os discursos sobre os estereótipos de raça, sobre a diversidade racial ou sobre inclusão social, surgem toda a significação presente do dizer, isto é, essa presentificação “racista filho da [...]” é atravessada por outros discursos que dão o tom da significação, dada a natureza histórica dos termos “lápis cor de pele”, “burro” e “lápis preto”, incidindo sobre a construção da referência.

Concebidas, então, em espaços de diferença, as formas “cor de pele”, “tons de pele”, “cores de pele”, “cores variadas” (figura 13) ganham pertinência social nos espaços de enunciação porque são formas (historicamente) qualificadas na enunciação por um domínio de mobilização, e porque dialogam com outros dizeres, em razão de uma anterioridade que lhe é constitutiva e que assegura esses modos de dizer. Estes são, por sua vez, capazes de projetar novas ordens de pertinência, a exemplo do determinante “multicultural” articulado ao termo “giz de cera”, na figura seguinte.

Figura 13 – Giz de cera multicultural



Fonte: Registro feito em uma papelaria

Portanto, a nossa tese é de que aquilo que tem existência no mundo é de natureza histórica. Uma perspectiva histórica é aquela em que a relação entre a linguagem e o

mundo não é uma relação direta, ou seja, o nome não constitui uma relação direta com a coisa, mas constitui uma relação direta com o dizer sobre a coisa, visto que o acesso a esta se dá pelo dizer. Diante disso, assumimos que o referencial é que vai nos permitir apontar, historicamente, para os referentes. É ele quem vai determinar o significado desse referente.

## Considerações finais

Ao falarmos da necessidade de entender como a relação entre a linguagem e o mundo é tomada, suscitada pela própria definição de semântica, passamos pela questão da referência segundo alguns filósofos da linguagem, como Ogden e Richards, que descartaram o referente de uma teoria do significado linguístico; também segundo Saussure, para quem a realidade fora dos limites da língua não conta para significação; dentre outros.

Isso nos permitiu, por exemplo, pensar a questão da referência e como ela vinha sendo marcada no sentido de apontar o referente. Vimos, portanto, que essa concepção ganha sentido quando a relação entre linguagem e mundo é uma relação direta. Uma outra perspectiva dessa relação é a de que a linguagem é que vai produzir a constituição da referência, o que significa que o referente não está, como dissemos, circunscrito no mundo.

Assumimos, nessa discussão, que a linguagem é tomada considerando-se que sua relação com o real é histórica, segundo Guimarães (2005). Nessa direção, acreditamos que aquilo que existe no mundo, que é discreto, é de natureza histórica, ou seja, a distinção entre as coisas no mundo tem essa natureza. O mundo é da forma como se apresenta porque se constituiu historicamente dessa maneira. Pensando nesse sentido, somos motivados a olhar para a enunciação como um ato individual de apropriação da língua, lembrando Benveniste (1974), mas afetado por fatores históricos, na linha das reflexões propostas por Guimarães (2005) e Dias (2018).

Desse modo, podemos dizer que as formações nominais “cor de pele”, “lápiz cores de pele”, “giz de cera tons de pele”, “giz de cera multicultural”, dentre outras articulações ou enunciados analisados nas seções deste artigo, abarcam um domínio referencial capaz de produzir as condições para os recortes do sentido.

Em articulações linguísticas como essas destacadas, podemos dizer que os objetos do dizer adquirem pertinência na relação entre a memória e as demandas do presente no acontecimento enunciativo. Logo, os referenciais de “cor de pele” de quem ou de que, no caso da cor verde do sapo na tirinha, nos permite apontar historicamente para os referentes, tendo em vista uma perspectiva histórica na relação entre linguagem e mundo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BALLY, Charles. **Linguistique général et linguistique française**. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Trad.: E. Guimarães [et. al.]. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, [1974] 2006.

- BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica: ciência das significações**. 2. ed. Campinas: RG, [1897] 2008.
- CHIERCHIA, Gennaro. **Semântica**. Trad.: L. A. Paganí [*et. al.*]. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- CRUZ, Márcio Alexandre. Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história. *In*: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Orgs.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-44.
- DIAS, Luiz Francisco. Sentido, significado e significação. *In*: FRADE, I. C. A. da S.; COSTA VAL, M. da G.; BREGUNCI, M. das G. de C. (org.). **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG / Faculdade de Educação, 2014d, p. 299-300.
- DIAS, Luiz Francisco. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na Semântica. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 229-248, jun. 2015d.
- DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. A referência nos estudos semânticos. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Dossiê: Língua em uso n.º. 47**, 2013e, p. 357-371.
- DUCROT, Oswald. Enunciação. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 368-393, 1984.
- FREGÉ, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo, Cultrix, 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo da designação**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- KATZ, J. J. The scope of semantics. *In*: \_\_\_\_\_. **Semantic theory**. New York: Harper & Row, 1972, p. 1-10. Trad. bras.: KATZ, J.J. O escopo da semântica. *In*: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. v. 3. Campinas: Editora do autor, 1982, p. 43-61.
- MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, M. M. *et al* (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- OGDEN, Charles B.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado – Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Semântica. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**. Vol. 02. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.